



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 54, de 12 de janeiro;*
3. *Discussão e votação do Requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição do Presidente do INEM para explicar «qual a situação actual do INEM, os reais tempos de resposta às chamadas de emergência e se está, de algum modo, ameaçado o socorro atempado às vítimas»;*
4. *Outros assuntos.*

10:30 - *Audição, requerida pelo CDS-PP, da Subdiretora Clínica e Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), que apresentaram a sua demissão, para explicarem «os problemas com que se têm deparado, os motivos dos seus pedidos de demissão e o impacto dos problemas do CHA na prestação de cuidados de saúde aos utentes».*

12:00 - *Audiência da Adexo - Associação de Doentes Obesos e ex Obesos de Portugal, para falar sobre «a situação da obesidade em Portugal, na Europa, e ainda sobre uma iniciativa parlamentar europeia em curso».*

---

#### 1. Informações

O Presidente iniciou os trabalhos dando conta de ter baixado à Comissão, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 49/XIII (2.ª), que «Aprova a Lei da Saúde Pública», que foi distribuída ao PS para elaboração de parecer, tendo também baixado, na especialidade, a PPL n.º 42/XIII/2.ª, que adita o artigo 16.º à Lei n.º 32/2006. Consultados os Deputados sobre se a especialidade deveria ter lugar em grupo de trabalho ou em Comissão, foi deliberado fazer a sua discussão em Comissão. O Presidente informou ter enviado ofício ao Ministro da Saúde a pedir informação sobre as PPP na área da saúde, dando seguimento ao requerimento do PCP aprovado em Comissão e pediu aos Grupos Parlamentares que indicassem os Deputados que integrarão o Grupo de Trabalho das PPP da Saúde, cuja coordenação caberá ao CDS-PP. Lembrou a necessidade de agendar a audiência com o SICAD para apresentação do Relatório, nos termos da lei, tendo proposto que o modelo de apresentação seja o do ano passado, a ocorrer no auditório do edifício novo.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

O Deputado Miguel Santos acha bem que se faça essa sessão, mas questiona se será o melhor modelo visto que não permite a realização de debate.

#### 2. Apreciação e votação da ata n.º 54, de 12 de janeiro

A ata n.º 54, relativa ao dia 12 de janeiro, foi aprovada por unanimidade, estando ausente o PEV.

#### 3. Discussão e votação do Requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição do Presidente do INEM para explicar «qual a situação atual do INEM, os reais tempos de resposta às chamadas de emergência e se está, de algum modo, ameaçado o socorro atempado às vítimas»

A Deputada Teresa Caeiro apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição do Presidente do INEM para explicar «*qual a situação atual do INEM, os reais tempos de resposta às chamadas de emergência e se está, de algum modo, ameaçado o socorro atempado às vítimas*». Referiu que o CDS-PP já questionou o Ministro da Saúde sobre este assunto. Pretende saber quais são os constrangimentos que a Instituição enfrenta no dia-a-dia, quais os reais tempos de resposta às chamadas de emergência e se está, de algum modo, ameaçado o socorro às vítimas.

O Deputado Miguel Santos entende que é preciso esclarecer os problemas da Instituição, nomeadamente a derrapagem dos tempos de resposta às chamadas, acrescentando que inúmeras ambulâncias não saem por falta de profissionais, especialmente nos turnos noturnos, por não ter sido acautelada a implementação das 35 horas, pelo que apoia o requerimento

A Deputada Carla Cruz disse que à semelhança do que sempre acontece, viabilizará o requerimento. Acrescentou que está preocupada com a resposta da emergência, aguardando os esclarecimentos do INEM.

O Deputado António Sales acompanha a vinda dos responsáveis do INEM para prestarem esclarecimentos sobre os problemas da Instituição, nomeadamente o aumento dos tempos de resposta às chamadas e os meios logísticos disponíveis.

O Deputado Moisés Ferreira também se manifestou preocupado com o aumento do tempo de resposta, informando que acompanhará o requerimento.

O Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 4. Outros assuntos

A Deputada Carla Cruz lembrou que o PCP apresentou um requerimento oral, que já foi aprovado, onde propunha a realização de audições, na sequência da audiência de «*um grupo de médicos do*



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

*Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico, devido a grave situação existente no CHTMAD».* Pediu que o agendamento dessas audições ocorresse o mais rápido possível.

O Deputado Miguel Santos recordou também que, aquando da audiência da AMPLOS, os Deputados manifestaram preocupação pelo assunto e foi entendimento geral que os GP apresentassem propostas de audição e o PSD apresentou-as, desconhecendo as propostas dos outros GP.

O Presidente informou que as audições requeridas pelo PCP serão agendadas para a próxima reunião de Comissão, bem como as que foram apresentadas pelo PSD sobre a mesma matéria. Informou que as propostas de audição recebidas na sequência da audiência da «*Associação de Mães e Pais pela Liberdade da Orientação Sexual e Identidade do Género*» vão ser distribuídas aos Deputados.

Audição, requerida pelo CDS-PP, da Subdiretora Clínica e Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), que apresentaram a sua demissão, para explicarem «os problemas com que se têm deparado, os motivos dos seus pedidos de demissão e o impacto dos problemas do CHA na prestação de cuidados de saúde aos utentes»

O Presidente cumprimentou os Drs. Ana Lopes, Adjunta da Direção Clínica, José Pedro Neves, Diretor de Departamento de Medicina, João Carlos Ildefonso, Diretor de Departamento Cirúrgico e Carlos Godinho, Diretor do Departamento de Emergência, Urgência e Cuidados Intensivos, agradecendo a disponibilidade manifestada.

A Deputada Teresa Caeiro cumprimentou a Subdiretora Clínica e os Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve (CHA) demissionários, dando conta do [requerimento](#) que solicita a audição destes profissionais. Deu conta de que no dia 16 de janeiro reuniu no Hospital de Portimão com a sua direção e a ARS do Algarve, tendo sido abordadas diversas questões, nomeadamente o desmembramento do modelo do CHA e se o problema tem a ver com a falta de médicos, mas com os hospitais autonomizados, o problema será maior. Perguntou quais as razões que levaram um conjunto de médicos a não manter as responsabilidades assumidas.

O Deputado Cristóvão Norte cumprimentou o grupo de médicos presentes. Disse que o PSD apresentou um requerimento para visitar o CHA até ao fim do 1.º trimestre deste ano. Considera que os dados oficiais sobre o desempenho do CHA são categóricos, fundamentalmente a diminuição das cirurgias programadas, das primeiras consultas e dos internamentos. Reconhece que há um défice crónico de médicos no Algarve e não foram tomadas medidas por este Ministro



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

para o colmatar, devendo ser repensado o modelo de separação dos hospitais. Do OE 2017 não consta a construção do novo Hospital Central do Algarve, que poderia fixar mais médicos.

O Deputado Luís Graça cumprimentou os médicos demissionários. Recordou uma carta de 2014, que foi assinada por mais de 200 médicos e onde já se assinalavam faltas de profissionais e de material. Falou da aprovação por este Governo de um plano de investimento de 19 milhões para a saúde e da publicação de uma portaria para as vagas carenciadas, que pelo menos estanca a saída de médicos no Algarve, salientando que o verão não foi o caos que alguns preconizavam e perguntou qual foi o estudo que propôs a construção do Hospital Central do Algarve.

O Deputado João Vasconcelos agradeceu a presença do grupo de médicos. Começou por referir que leu a carta de demissão e perguntou se mantêm a intenção de se demitir, lembrando que há cerca de dois anos mais de 200 médicos também falavam de problemas relacionados com a falta de profissionais e de material e da diminuição de valências. O CHA tem gravíssimos problemas que surgiram com a aglutinação dos hospitais e, passado mais de um ano da entrada em funções da atual administração, perguntou quais são as áreas mais carenciadas.

O Deputado Paulo Sá agradeceu a disponibilidade para prestarem esclarecimentos a fim de se conhecer a situação concreta do CHA, referindo que os problemas são antigos, embora se tenham agravado no anterior Governo. Deu nota que o PCP foi frontalmente contra a fusão dos hospitais no Algarve, mas, recentemente, foi anunciada a intenção de reverter a situação, o que o PCP considera positivo, mas não chega porque é preciso reforçar o Algarve com recursos humanos e financeiros e a criação de novas valências para que o Hospital cumpra a sua missão.

A Dr.ª Ana Lopes começou por agradecer as questões. Sublinhou que o SNS tem resultados demonstrados no Algarve, mas os problemas existentes colocam-no em causa, como mostra o Relatório da ACSS que dá conta dos piores resultados de sempre, na região e no país. Há 14 anos foi definida a missão do SNS para os que habitam e para os que visitam o Algarve, mas os resultados começaram a decrescer, acentuando-se com a fusão dos hospitais. Informou que não estão a cumprir o contrato programa, houve perda de recursos humanos e há serviços que perderam formação. A diminuição de oferta do setor público faz aumentar a oferta do setor privado, com a criação de dois hospitais privados. Julgavam que este Governo inverteria a situação e aceitaram participar na gestão do CHA, mas passado este tempo não vislumbram resultados e desconhecem os planos e decisões tomadas atempadamente e de forma fundamentada.

O Dr. Carlos Godinho considerou que o problema do CHA se reflete principalmente nas urgências, com a falta de médicos de medicina geral. Portugal é o país da OCDE que mais recorre às urgências hospitalares, que são um serviço assegurado por médicos contratados que ganham o



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

dobro dos médicos do quadro. Enquanto dirigente propôs a reposição dos ordenados dos tripulantes das VMER'S, que tinham diminuído significativamente, mas até hoje está à espera de autorização do Ministério. Disse que se sente envergonhado por não ter conseguido resultados e então apresentou a sua demissão.

O Dr. João Carlos Ildefonso abordou a construção do novo hospital, a situação financeira e os recursos humanos do CHA. Não existe estratégia de médio e longo prazo, os concursos ficam desertos, faltam condições de trabalho e as vagas protocoladas não estão a ser usadas. Apresentou um [conjunto de dados](#), salientando a falha sistemática de algumas especialidades na urgência, a baixa atividade operatória, o elevado n.º de utentes a aguardar 1.ªs consultas, a falta de capacidade formativa e a falta de recursos médicos, fundamentalmente nas especialidades de estomatologia, de cirurgia plástica, de oftalmologia e de anestesiologia. A demissão é irrevogável.

O Dr. José Pedro Neves salientou que os médicos presentes foram os principais subscritores da carta de 2014. Aceitaram a nomeação porque acreditaram no projeto. Chamou a atenção para alguns dados, especialmente o aumento da demora média de internamento e a falta de equipamento. A saída de quadros diferenciados para os hospitais privados, que são financiados pelo Estado, tem decorrido ao longo dos anos. Reconhece que a fusão dos hospitais no Algarve, que levou à criação do CHA, foi catastrófica, mas a sua separação vai ser pior, no curto prazo. Frisou que na carta de demissão apontam a sua saída para o dia 23 de janeiro.

O Presidente agradeceu a vinda à Comissão do grupo de médicos do CHA, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

Esta vídeogravação poderá ser acedida através do seguinte link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1569&title=audicao-da-subdiretora-clinica-e-diretores-de-departamento-do-centro-h>

Audiência da Adexo - Associação de Doentes Obesos e ex Obesos de Portugal, para falar sobre «a situação da obesidade em Portugal, na Europa, e ainda sobre uma iniciativa parlamentar europeia em curso»

O Presidente agradeceu a presença dos representantes da Associação de Doentes Obesos e ex Obesos de Portugal (Adexo), a quem deu a palavra.

Carlos Oliveira, Presidente da Direção da Adexo e Membro do Conselho Europeu de Pacientes, veio acompanhado pela Dra. Eugénia Dimas. Explicou os motivos do pedido de audiência, salientando que a associação tem «o objetivo de garantir os direitos dos doentes, nas áreas de tratamento, dos seguros e da luta contra a discriminação de que são alvo». Recordou que em



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

2014 se realizou o Inquérito Nacional de Saúde promovido pelo INE, em colaboração com o INSA, que mostra a evolução da obesidade, registando um aumento de obesidade em relação ao anterior inquérito de 2005/2006. Chamou a atenção dos Deputados para as quatro propostas apresentadas na [documentação distribuída](#).

A Deputada Eurídice Pereira agradeceu a presença e as propostas, que o PS vai analisar. Questionou a Adexo sobre se os estilos de vida modernos não influenciam a obesidade, dado o tipo de alimentação atual e o aumento do sedentarismo, e sobre o desfecho da iniciativa europeia. A Deputada Fátima Ramos agradeceu o trabalho desenvolvido em defesa de melhores condições para os doentes. Disse que as propostas merecem ponderação por parte do PSD, nomeadamente as referentes à dificuldade em fazer seguros, à semelhança do que se passa com outras doenças. Considera que a aposta se deve centrar na prevenção, lembrando que em 2012 foi apresentada uma proposta de resolução para prevenir a obesidade.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os responsáveis da Adexo, assinalando que irá analisar as propostas apresentadas e disse saber que alguns doentes têm dificuldade em fazer seguros. Informou que o PCP manifestou ao Governo as suas preocupações nesta matéria, nomeadamente sobre a comparticipação de medicamentos e os custos associados.

Carlos Oliveira prestou esclarecimentos sobre as questões colocadas pelos Deputados, indicando que em 2015 participou no Conselho Europeu de pacientes que reúne organizações de 14 países e que no ano passado participou, com a EASO, na promoção da atualização do Livro Branco da Obesidade por parte da União Europeia.

O Presidente agradeceu a presença da Adexo e os documentos.

Esta vídeogravação poderá ser acedida através do seguinte link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1570&title=audiencia-da-associacao-de-doentes-obesos-e-ex-obesos-de-portugal-ade>

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da primeira parte dos trabalhos ser acedida através do seguinte link:

[http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170118\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170118_1.mp3)

Palácio de São Bento, 18 janeiro 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 55/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Teresa Caeiro  
José Silvano  
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
Isabel Galriça Neto  
Marisabel Moutela

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Luís Soares  
Ricardo Baptista Leite